

3 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do mencionado decreto-lei, o presente despacho produz efeitos a partir de 9 de dezembro de 2015.

4 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

9 de dezembro de 2015. — A Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, *Catarina Marcelino Rosa da Silva*.

Nota curricular

I — Dados pessoais:

Nome: Sónia Claro Neto

Data de nascimento: 2 de junho de 1971.

II — Habilitações académicas:

Licenciatura em Enfermagem — Curso de Complemento de Formação em Enfermagem (classificação de 15 valores), pela Escola Superior de Saúde Egas Moniz, 2006.

Curso Superior de Enfermagem (classificação de 14 valores), pela Escola Superior de Enfermagem em S. Vicente de Paula, 2003.

III — Experiência profissional:

Enfermeira com experiência em ambiente hospitalar desde 1993, saúde pública, formação em sistemas de gestão documental, com vasta participação em elaboração de procedimentos e protocolos de gestão administrativa.

IV — Formação complementar:

Formação complementar no âmbito de Ações de formação contínua em serviço no Bloco Operatório Central (BOC) /Unidade de Recuperação Pós-Anestésica do Hospital Egas Moniz, nos últimos anos:

Registos; Trabalho em equipa; Interação medicamentosa; Higienização das salas operatórias; Processo após acidente de serviço; Uniformização das salas de indução; Prevenção de infeção do local cirúrgico; Mobilização de cargas e posturas corretas; Posicionamentos — Abordagem teórica; Comunicação assertiva — Dinâmica de grupo.

Avaliação da dor em doentes com alterações cognitivas; Workshop de técnicas de interação de grupo; Técnicas de relaxamento — Ginástica laboral; Administração de citos táticos intra vesicais; Suporte Básico de Vida.

“6.º Encontro sobre Abordagem Multidisciplinar da Dor”; Suporte Básico de Vida — HEM; “Registos de Enfermagem — Guia de Preenchimento” — BOC; “Humanização de Cuidados — Comunicação no Bloco Operatório”.

“Analgesia Pós-Operatória” — BOC; Programa de Melhoria Contínua da Qualidade — “Satisfação dos Utentes no Bloco Operatório” (como formadora); 5.º Encontro sobre Abordagem Multidisciplinar da Dor; “II Seminário de Neurocirurgia e Neurotraumatologia”; Suporte Básico de Vida.

209255103

Despacho n.º 593/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como Adjunta do meu gabinete, a Mestre Teresa Margarida do Carmo Fragoso.

2 — Para efeitos do disposto na alínea a) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do mencionado decreto-lei, o presente despacho produz efeitos a partir de 30 de novembro de 2015.

4 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

9 de dezembro de 2015. — A Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, *Catarina Marcelino Rosa da Silva*.

Nota curricular

I — Dados Pessoais:

Nome — Teresa Margarida do Carmo Fragoso.

Data de nascimento — 27 de março de 1974.

II — Habilitações Académicas:

Desde janeiro 2013: Frequência do Doutoramento em Políticas Públicas no ISCTE-IUL (Instituto Universitário de Lisboa) — atualmente no 3.º ano.

Outubro de 2002-setembro de 2003: Mestrado em Género e Media pela LSE — London School of Economics and Political Science (University of London).

Outubro de 1992-julho de 1996: Licenciatura em Relações Públicas e Publicidade pelo ISNP — (Instituto Superior de Novas Profissões).

III — Experiência Profissional:

Janeiro de 2011-janeiro 2012: Presidente da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, organismo da Administração Central do Estado responsável pela implementação das políticas públicas para a promoção da Cidadania e da Igualdade de Género.

Junho de 2010-dezembro de 2010: Secretária Técnica do Secretariado Técnico para a Igualdade da CIG — Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, enquanto organismo intermédio do Programa Operacional Potencial Humano (POPH) com funções de gestão técnica, administrativa e financeira de tipologias de intervenção na área da Igualdade de Género.

Janeiro de 2009-junho de 2010: Assessora da Secretária de Estado da Promoção da Igualdade de Timor Leste através da UNWOMEN, para a área da Igualdade de Género e Desenvolvimento.

Novembro de 2005-dezembro de 2008: Assessora do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros para a área da Igualdade de Género e Relações Internacionais.

Outubro de 2003-outubro de 2005: Formadora (com certificação pelo IEFP) para as áreas da igualdade de género, aprendizagem intercultural, gestão organizacional e de projetos, liderança e gestão de equipas, comunicação e relações públicas — junto de entidades públicas e privadas de âmbito nacional e europeu.

Agosto de 1996-setembro de 2001: Diretora Nacional da Intercultura/AFS — Associação de Juventude de âmbito nacional para a Aprendizagem Intercultural, membro de plataformas de nível nacional (CNJ — Conselho Nacional de Juventude), europeu (EFIL — *European Federation for Intercultural Learning*) — ambas com representação no Fórum Europeu de Juventude, Bruxelas — e internacional (AFS — *Intercultural Programs, Inc.*, Nova Iorque).

209255185

Despacho n.º 594/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como Adjunto do meu gabinete, o licenciado José Manuel Almeida Teixeira Palaio, da carreira e categoria de Técnico Superior, do mapa de pessoal do Instituto da Segurança Social, I. P.

2 — Para efeitos do disposto na alínea a) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do mencionado decreto-lei, o presente despacho produz efeitos a partir de 2 de dezembro de 2015.

4 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

9 de dezembro de 2015. — A Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, *Catarina Marcelino Rosa da Silva*.

Nota curricular

I — Dados pessoais:

Nome: José Manuel Almeida Teixeira Palaio.

Data de nascimento: 5 de maio de 1970.

II — Habilitações académicas:

Pós-graduação em Ciências Jurídicas e Assessoria de Empresa pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, 2001.

Pós-graduação em Estudos Europeus pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 1999.

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 1997.

III — Experiência profissional:

Consultor do Grupo de Acompanhamento da Ação da Saúde sobre Género, Violência e Ciclo de Vida da Direção-Geral da Saúde, em representação da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, desde fevereiro de 2014.

Vogal, em representação da Administração, na Comissão Paritária dos Trabalhadores da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, desde dezembro de 2013.

Membro do Working Group Equality Law in Practice da European Network of Equality Bodies — EQUINET, desde fevereiro de 2013.

Membro do Conselho Coordenador da Avaliação da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, desde fevereiro de 2012.

Membro da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, em representação do membro do Governo responsável pela área da igualdade, desde julho de 2011.

Chefe de Divisão da Divisão de Assuntos Jurídicos da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, desde março de 2009.

Conselheiro para a Igualdade do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social durante o XVIII Governo Constitucional.

Membro do Grupo de Trabalho de Apoio à Entidade Coordenadora do IV Plano Nacional contra a Violência Doméstica, durante o XVIII Governo Constitucional.

Membro da Secção Interministerial do Conselho Consultivo da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, durante o XVIII Governo Constitucional.

Coordenador da Equipa Interdepartamental para a Igualdade do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, durante o XVIII Governo Constitucional.

Coordenador da Equipa de Projeto de conceção e implementação do Plano de Ação para a Igualdade do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, durante o XVIII Governo Constitucional.

Adjunto do Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação no XVIII Governo Constitucional, com responsabilidades, entre outras, pela conceção, preparação e redação dos diplomas da iniciativa daquele gabinete, assim como de outros diplomas estruturantes das reformas introduzidas nas áreas das pessoas com deficiências e das crianças e jovens em risco, para além do acompanhamento e anotação das agendas e reuniões de Secretários de Estado e do Conselho de Ministros, bem como do apoio jurídico ao trabalho desenvolvido, nas áreas de intervenção do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, para a Comissão de Acompanhamento do PO Temático Potencial Humano, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional — QREN.

Conselheiro Geral do INATEL — Instituto Nacional para Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores, I. P., como representante do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, durante o XVII Governo Constitucional.

Assessor do Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação no XVII Governo Constitucional, com funções na área jurídica, nomeadamente como responsável pelas iniciativas legislativas das políticas para a deficiência, para as crianças e jovens em risco, para a família, para o voluntariado e, ainda, na área da cidadania e igualdade de género em matérias que envolviam a atuação do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Iniciou a sua atividade profissional na administração pública em 2001, como Técnico Superior de 2.ª classe na Unidade de Apoio Jurídico e de Contencioso do Departamento de Recursos Humanos do Instituto da Segurança Social, I. P., passando para a categoria de Técnico Superior de Apoio Especializado — Jurídico e Contencioso, onde ascendeu à categoria de Assessor.

Após a conclusão do estágio profissional na Ordem dos Advogados do Conselho Distrital de Coimbra, desempenhou o cargo de Diretor dos Serviços Jurídicos da Locadora Santander Central Hispano, S. A., tendo exercido advocacia, a tempo parcial, até 2003.

IV — Formação complementar:

Frequentou diversos cursos, seminários, congressos e ações de formação, de onde se destaca:

LEGÍSTICA: Preparação Técnica e Redação de Leis e Regulamentos (Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas — INA, 2014).

TÉCNICO DE APOIO À VÍTIMA — Formação de agentes qualificados/as que atuam no domínio da Violência Doméstica e/ou prevenção e revitimização desta (União de Mulheres Alternativa e Resposta — UMAR, 2013).

FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública (Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas — INA, 2013).

Formação Teórico-Prática — Plataforma Eletrónica de Contratação Pública (anoGov, 2013).

Ação Formativa — Direitos Humanos e Envelhecimento (Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, 2012).

Ciclo de Conferências — Situações Familiares de Rutura: a Violência Doméstica (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2012).

(Des)Igualdade Salarial entre Mulheres e Homens — Uma experiência aplicada (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, 2012).

Curso de Formação Profissional — Formação Avançada — A revisão do Código dos Contratos Públicos pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho (Gatewit Training Center, 2012).

Curso de Formação Profissional — Formação Prática — FC1 — Competências Públicas PRO (Gatewit Training Center, 2012).

DASH (2009) — Domestic Abuse, Stalking, Harassment and Honour Based Violence — Masterclass Risk Training (Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2012). DEGENER — Diploma de Especialização em Mainstreaming do Género nas Políticas Públicas (Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas — INA, 2011).

Meios de Resolução Alternativa de Litígios: identificar a discriminação, promover a igualdade (ILGA, Portugal, 2011).

Legal Seminar — Approaches to Equality and Non Discrimination Legislation Inside and Outside the EU (European Commission — Justice DG, 2011).

The Anti-Discrimination Directives 2000/43 and 2000/78 in practice (Academy of European Law — ERA, 2011).

Curso Novas Tendências em Gestão de Saúde (Formação de Executivos da Faculdade de Ciências e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa, 2010). Conferência Internacional — A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: um desafio para a igualdade e autonomia (Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P., 2009).

1.º Seminário Legal da EQUINET sobre Não Discriminação (European Network of Equality Bodies — EQUINET, 2009).

A avaliação dos serviços no SIADAP: construção dos QUAR através do BSC (Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas — INA, 2008).

Curso de Formação Profissional de Técnicas de Inquirição (Instituto da Segurança Social, I. P., 2007).

Tem o Curso de Formação Profissional Pedagógica Inicial de Formadores, tendo desempenhado tais competências como formador interno eventual do Instituto da Segurança Social, I. P., na área do direito administrativo, como formador interno da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género na área da violência doméstica e de género, e como formador externo da Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas — INA, na área da cidadania, igualdade de género e não discriminação.

209255152

Despacho n.º 595/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como Técnica Especialista do meu gabinete, a licenciada Ana Paula Moura de Oliveira.

2 — Para efeitos do disposto na alínea d) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro a designada desempenhará funções de assessoria jurídica.

3 — O estatuto remuneratório da designada é o de adjunta de gabinete, conforme o n.º 6 do artigo 13.º do referido decreto-lei.

4 — Para efeitos do disposto na alínea a) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

5 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do mencionado decreto-lei, o presente despacho produz efeitos a partir de 1 de dezembro de 2015.

6 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

9 de dezembro de 2015. — A Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, *Catarina Marcelino Rosa da Silva*.

Nota curricular

I — Dados pessoais:

Nome: Ana Paula Moura de Oliveira

Data de nascimento: 02 de outubro de 1962

II — Habilitações académicas:

Pós-graduação em Migrações, Intereticidades e Transnacionalismo pela Universidade Nova de Lisboa, 2007.

Pós-graduação em Estudos Europeus pela Universidade Católica Portuguesa, 1997.

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, 1987.

III — Experiência profissional:

Coordenadora do Gabinete de Apoio às Políticas Locais, no Alto Comissariado para as Migrações, I. P. (ACM, I. P.), em cujo contexto se enquadraram, a *Rede dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade*; a 1.ª edição de *Planos Municipais para a Integração de Imigrantes*, o *Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade* e o *Toolkit* para a conceção de Planos Municipais (setembro de 2013 a novembro de 2015).